

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 26/2013**

Período: 27/07/2013 – 02/08/2013

GEDES – Brasil

- 1- Balanço final do esquema de segurança da Jornada Mundial da Juventude
- 2- Brasil e Estados Unidos voltam a negociar o uso do Centro de Lançamento de Alcântara
- 3- Brasil gastou R\$ 689 milhões com adicionais salariais a militares que participaram da missão de paz no Haiti
- 4- Comissão de Ética analisa uso de aeronaves da Força Aérea Brasileira por ministros
- 5- Defesa sofreu corte orçamentário
- 6- Tropas da Organização das Nações Unidas no Congo podem usar a força para desarmar milícia
- 7- Fuzileiro naval que participou de manifestação é punido

1- Balanço final do esquema de segurança da Jornada Mundial da Juventude

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, durante o balanço final da Jornada Mundial Juventude (JMJ), os ministros da Justiça, José Eduardo Cardozo, e da Defesa, Celso Amorim classificaram o esquema de segurança do papa Francisco como um sucesso e minimizaram a falha ocorrida no dia 22/07/13, quando a comitiva do papa errou o trajeto na Avenida Presidente Vargas, na cidade do Rio de Janeiro, deixando o pontífice retido em meio a uma multidão de fiéis. Amorim ressaltou que nenhuma autoridade ficou tanto tempo exposta no mesmo local tal como o papa e que "o Brasil fez muito bem o seu papel". O *Correio* relembrou o desempenho satisfatório do grupo do Exército de combate ao terrorismo quando foi encontrada uma bomba de fabricação caseira em um banheiro do Santuário em Aparecida do Norte, cidade do estado de São Paulo visitada pelo papa durante a JMJ, e um pacote suspeito no Rio de Janeiro. De acordo com *O Estado de S. Paulo*, a transferência das atividades que seriam realizadas em Guaratiba, zona oeste do Rio de Janeiro, para a praia de Copacabana foi avaliada pela equipe de segurança do evento como positiva. Oficiais da Força Aérea atribuíram a maior facilidade de vigilância do novo local à existência de infraestrutura urbana mais adequada. A Aeronáutica atuou com um Centro de Controle que foi dedicado ao evento, e com dois drones que vigiaram o espaço aéreo. O Exército foi responsável pela segurança nas ruas onde se realizou a peregrinação e o altar localizado na praia, enquanto que a Marinha monitorou a Baía de Guanabara, com especial atenção para a cabeceira dos aeroportos Santos Dumont e Tom Jobim. O evento contou com times antiterrorismo a distância, com 22 embarcações, 2 blindados anfíbios, 157 veículos e uma equipe do Grupo de Mergulhadores de Combate da Marinha, além de uma tropa de 7738 militares do Exército. (*Correio Braziliense* – 27/07/13; *Correio Braziliense* – 30/07/13; *O Estado de S. Paulo* – Metrópole – 27/07/13; *O Estado de S. Paulo* – Metrópole – 29/07/13)

2- Brasil e Estados Unidos voltam a negociar o uso do Centro de Lançamento de Alcântara

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o governo brasileiro voltou a negociar com os Estados Unidos o uso do Centro de Lançamento de Alcântara, no estado do Maranhão. As negociações se iniciaram durante o governo do então presidente da República Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que assinou o Tratado de Salvaguardas (2000). Segundo *O Estado*, o acordo estabelecia um excesso de restrições, como a reserva de áreas na base para uso exclusivo dos estadunidenses, as quais teriam ocasionado a sua reprovação pelo Congresso Nacional e o abandono das negociações pelo então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). A intenção do atual governo é permitir o uso da base pelos estadunidenses, mas sem limitar o acesso dos brasileiros e tampouco impedir que o Brasil firme acordos com outros países. Segundo o jornal, o governo vislumbra que com o ativo gerado por este tipo de acordo –um lançamento pode custar entre US\$ 25 a 30 milhões– poderá financiar o programa espacial brasileiro. O Ministério das Relações Exteriores brasileiro espera que o novo acordo seja assinado durante a visita da presidenta da República, Dilma Rousseff, à capital estadunidense Washington, em outubro de 2013. *O Estado* informou que a localização da base é considerada ideal para o lançamento de foguetes e satélites, e pode diminuir em até 30% o custo da operação. Entretanto, nenhum lançamento foi feito de Alcântara, uma vez que o Brasil não possui tecnologia para usufruir das instalações, e não concretizou nenhum acordo de utilização da base com qualquer outro país. Em 2003, o Brasil fez um acordo com a Ucrânia para o desenvolvimento conjunto do foguete Cyclone-4, a partir da criação da empresa binacional Alcântara Cyclone Space. Porém, até o momento, o projeto não teve resultados. Em visita do ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, à Ucrânia, em 2013, foi reafirmada a promessa de que o foguete estaria pronto até 2014. (*O Estado de S. Paulo – Política – 29/07/13*)

3- Brasil gastou R\$ 689 milhões com adicionais salariais a militares que participaram da missão de paz no Haiti

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o governo brasileiro gastou, desde 2004 até dezembro de 2012, R\$ 689 milhões com adicionais salariais para os militares que serviram na missão da Organização Nações Unidas (ONU) no Haiti, valor que até então não integrava os balanços do governo. A indenização é prevista em lei aprovada pelo Congresso Nacional e consiste em uma remuneração mensal extra, paga em dólar aos militares que participam da missão no Haiti. Segundo a *Folha*, em justificativa enviada em 2004 ao Congresso Nacional para aprovação da lei, o então ministro da Defesa, José Viegas, ressaltou que os gastos com a operação de paz estariam relacionados “em linhas gerais” com o pagamento dos militares no exterior e as viagens de inspeção, apoio e coordenação, uma vez que os demais custos seriam cobertos pela indenização prevista na legislação da ONU para esse tipo de operação. Porém, dos R\$ 3,04 bilhões investidos pelo governo brasileiro, apenas R\$ 709 milhões foram reembolsados pela Organização. O Ministério da Defesa informou em nota à *Folha* que os gastos cobertos pela ONU seriam relativos ao emprego efetivo das tropas e que os custos referentes às fases anteriores e posteriores são arcados pelo país contribuinte. Apesar de não

haver previsão oficial para retirada das tropas brasileiras do Haiti, que hoje são formadas por 1.120 militares, o atual ministro da Defesa, Celso Amorim, revelou em maio de 2013 que pretende "progressivamente deixar para o Haiti a responsabilidade por sua segurança e pela manutenção da lei e da ordem". O Exército ressaltou em nota que a presença brasileira no Haiti traz prestígio à política externa e às Forças Armadas brasileiras. (Folha de S. Paulo – Mundo – 30/07/13)

4- Comissão de Ética analisa uso de aeronaves da Força Aérea Brasileira por ministros

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, a Comissão de Ética Pública da Presidência da República começou a analisar no dia 29/07/13 os casos de uso de aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB) por ministros para fins particulares. O presidente da Comissão, Américo Lacombe, informou que o colegiado pedirá informações aos envolvidos –o ministro do Esporte, Aldo Rebelo, e o ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves– para eventualmente processá-los. Ambos estão sendo investigados por transportar parentes nas aeronaves da FAB. (Folha de S. Paulo – Poder – 30/07/13)

5- Defesa sofreu corte orçamentário

Segundo os periódicos *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, o Ministério da Defesa sofreu um corte de R\$ 919 milhões em seu orçamento, em decorrência da redução orçamentária anunciada pela equipe econômica do governo, a qual determinou um corte de R\$ 10 bilhões no Orçamento Geral da União. Segundo o *Correio*, o Ministério de Defesa, que possui R\$ 71,3 bilhões previstos para 2013, terá a segunda maior redução de verba dentre todos os órgãos. De acordo com os jornais, a Marinha inicialmente anunciou que, devido às restrições orçamentárias, diminuiria sua jornada de trabalho em um dia útil por semana, com exceção dos funcionários que atuam diretamente na área da saúde, ensino e no programa do submarino nuclear. Porém, em outra nota, lançada no mesmo dia, a Marinha declarou que, “após análise subsequente e consonante com as novas tratativas com o Ministério da Defesa, tal medida não será adotada”. Em coluna opinativa para o jornal *O Estado de S. Paulo*, Everardo Maciel, ex-secretário da Receita Federal, avaliou que “ao mesmo tempo que são liberados R\$ 8 bilhões de emendas pouco virtuosas para "acalmar" os congressistas, as Forças Armadas são obrigadas a cortar um dia de trabalho por semana para economizar alimentação”. De acordo com a colunista do jornal *Correio Braziliense*, Tereza Cruvinel, os militares estariam “extremamente aborrecidos” com o corte orçamentário. Segundo Cruvinel, no mês de agosto celebra-se do Dia do Soldado e em 7 de setembro, o Dia da Independência, datas em que podem ocorrer manifestações. (*Correio Braziliense* – 31/07/13; *Correio Braziliense* – 01/08/13; *Correio Braziliense* – 02/08/13; *Folha de S. Paulo* – Poder – 31/07/13; *O Estado de S. Paulo* – Economia – 01/08/13)

6- Tropas da Organização das Nações Unidas no Congo podem usar a força para desarmar milícia

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, a Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas (ONU) na República Democrática do Congo (MONUSCO), sob o comando do general brasileiro Carlos Alberto dos Santos Cruz, emitiu uma ordem, no dia 30/07/13, à milícia M23 para que entregasse as armas até às 17 horas, no horário de Brasília, do dia 01/08/13. De acordo com *O Estado*, se a ordem não fosse cumprida pela milícia, as tropas da ONU tomariam "as medidas necessárias para desarmá-los", ou seja, recorreriam ao uso da força. O mandato das tropas internacionais, aprovado pelo Conselho de Segurança da ONU, prevê o auxílio ao Exército congolês na criação de uma zona de segurança na cidade de Goma. Segundo o general Santos Cruz, "Goma e Sake continuam vulneráveis e precisamos dar garantias de que elementos negativos não continuem a colocar em risco os civis nessa área". (*O Estado de S. Paulo – Internacional – 01/08/13*)

7- Fuzileiro naval que participou de manifestação é punido

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, a Marinha decidiu punir o fuzileiro naval que foi filmado participando de um protesto, em frente ao Palácio do Itamaraty, sede do Ministério das Relações Exteriores, que acabou em confronto com policiais militares e depredação do patrimônio público, no mês de junho. Oficialmente a Marinha informou que o fuzileiro cometeu uma contravenção disciplinar e que "medidas administrativas" foram tomadas, porém, não informou a punição aplicada ao militar. A *Folha* ressaltou que o estatuto militar proíbe qualquer participação em manifestações e exige apartidarismo político de seus integrantes. Além disso, apurou que a punição escolhida pelo comandante direto do fuzileiro foi a prisão. (*Folha de S. Paulo – Poder – 02/08/13*)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Bruce Scheidl Campos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Cristal de Moraes Siqueira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); David Succi Júnior (Redator, graduando em Relações

Internacionais, bolsista Proex); Giulia Botossi Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, Redatora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Mariana Paula Salvadori (Redatora; graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Marina Moreno Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Ricardo P. M. Cavalheiro (Redator, graduando em Relações Internacionais; bolsista Proex).